

**GLOBAL BIOTECNOLOGIA**  
**S.A.**

*Demonstrações Contábeis para os Exercícios*  
*Findos em 31 de Dezembro 2024 e*  
*31 de Dezembro 2023*

**GLOBAL BIOTECNOLOGIA S.A.****BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>Explicativa</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>CIRCULANTE:</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	1.020	717
Contas a Receber	6	4.695	5.112
Créditos Tributários	7	5	402
Adiantamento a Fornecedores		-	8
Estoques	8	336	630
Despesas Antecipadas	9	3	3
Total		<u>6.058</u>	<u>6.872</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Depósitos e Cauções	10	512	455
Imobilizado Líquido	11	1.152	216
Intangível	12	1.639	1.616
Total		<u>3.303</u>	<u>2.286</u>
<b>TOTAL</b>		<u><u>9.361</u></u>	<u><u>9.158</u></u>
<b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
<b>CIRCULANTE:</b>			
Fornecedores	13	89	10
Obrigação com Pessoal	14	5	7
Outras Contas a Pagar	15	393	398
Adiantamento de Clientes	16	315	-
Obrigações Fiscais	17	235	120
Venda Entrega Futura	18	83	-
Duplicatas Descontadas	19	1.321	1.539
Parcelamentos Fiscais (CP)	20	61	33
Empréstimos e Financiamentos (CP)	21	1.625	1.126
Total		<u>4.127</u>	<u>3.233</u>
<b>NÃO CIRCULANTE:</b>			
Empréstimos e Financiamentos (LP)	21	840	759
Empréstimos Partes Relacionadas	21	1.916	1.606
Parcelamentos Fiscais (LP)	20	173	50
Total		<u>2.929</u>	<u>2.415</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO:</b>			
Capital social	22	10.282	10.282
Lucros ou Prejuízos Acumulados	22	(7.997)	(6.772)
Reserva Legal	22	19	-
Total		<u>2.304</u>	<u>3.510</u>
<b>TOTAL</b>		<u><u>9.361</u></u>	<u><u>9.158</u></u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

GLOBAL BIOTECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
	<u>Explicativa</u>		
<u>OPERAÇÕES CONTINUADAS:</u>			
RECEITA			
Receita Líquida com Vendas de Mercadorias	23	3.838	5.065
CUSTO			
Custo das Mercadorias Vendidas	24	(549)	(391)
LUCRO BRUTO		<u>3.289</u>	<u>4.674</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com Fábrica	25	(495)	(568)
Despesas Comerciais	26	(1.750)	(2.655)
Despesas Gerais e Administrativas	27	(1.379)	(1.996)
Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento	28	(239)	(110)
Outras Receitas e Despesas	29	(18)	337
LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL		<u>(593)</u>	<u>(318)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	30	(321)	(555)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		<u>(914)</u>	<u>(873)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(165)	(135)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(1.079)</u>	<u>(1.008)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GLOBAL BIOTECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	Resultado abrangente total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	10.282	(5.764)	4.518	
Aumento de Capital			-	
Resultado Líquido do exercício		(1.008)	(1.008)	(1.008)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	10.282	(6.772)	3.510	
Aumento de Capital			-	
Ajuste a Débito de ICMS			(147)	
Resultado Líquido do Exercício		(1.079)	(1.079)	(1.079)
			19	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	10.282	(7.851)	2.304	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GLOBAL BIOTECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado Líquido do Exercício	(1.079)	(1.008)
Ajustes para conciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e Amortização	72	76
Baixa de Imobilizado	-	6
Ajuste a Débito de ICMS	(147)	-
Constituição de Reserva Legal	19	-
<b>Diminuições (aumentos) nos Ativos</b>		
Contas a Receber	417	752
Créditos Tributários	397	(402)
Adiantamento a Fornecedores	8	(8)
Estoques	294	347
Depósitos e Cauções	(57)	(446)
<b>Aumentos (diminuições) nos Passivos</b>		
Fornecedores	78	(23)
Obrigação com Pessoal	(2)	-
Outras Contas a Pagar	(222)	1.456
Obrigações Fiscais	266	(157)
Adiantamento de Clientes	315	-
Venda Entrega Futura	83	(1.556)
Caixa Líquido Proveniente das (usado nas) Atividades Operacionais	442	(962)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de Ativo Imobilizado	(1.007)	61
Aquisição de Ativo Intangível	(23)	(208)
Caixa Líquido Proveniente das (usado nas) Atividades de Investimento	(1.031)	(147)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Aumento de Capital	-	-
Captação (Liquidação) de Empréstimos	891	524
Caixa Líquido Proveniente das (usado nas) Atividades de Financiamento	891	524
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES</b>	302	(585)
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	717	1.302
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	1.020	717
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	302	(585)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

(Valores expressos em milhares de reais, salvo indicação em contrário)

---

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GLOBAL BIOTECNOLOGIA S.A., inscrita sob o CNPJ 24.777.865/0001-27, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Rodovia BR 354, nº 925 – Centro, da cidade de Pouso Alto, estado de Minas Gerais. Tem como objeto social a produção e comercialização de produtos biotecnológicos naturais, à base de microrganismos não modificados geneticamente, caracterizados como bioinsumos, com início de atividades em 11 de maio de 2016.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 14 de abril de 2025 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelas normas contábeis expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

As práticas contábeis adotadas no Brasil estão substancialmente alinhadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, entretanto, existem algumas poucas diferenças, nenhuma afetando a Sociedade.

### 2.2 Declaração de relevância

Foi aplicada a Orientação Técnica OCPC 07 (R1), que trata da evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros para fins gerais. Nesse sentido, a Sociedade atende aos requisitos mínimos exigidos, ao mesmo tempo em que divulga apenas informações relevantes, com o objetivo de auxiliar os usuários externos na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes utilizadas na gestão dos negócios estão evidenciadas neste relatório.

### 2.3 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir, para determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na aquisição dos ativos.

## 2.4 Moeda funcional e de apresentação

A Administração da Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras em Reais (R\$), moeda funcional da Entidade, com saldos arredondados para o milhar mais próximo.

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira são registradas utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data de encerramento do exercício, sendo as variações cambiais decorrentes reconhecidas no resultado do período em que ocorreram.

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 3.1 Ajustes a valor presente

Quando aplicável os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada operação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente da transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vigência do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### 3.2 Reconhecimento de ativos

Um ativo é um recurso econômico presente, controlado pela Sociedade como resultado de eventos passados, do qual se espera que fluxos de benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade. Um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros por meio dele e seu valor puder ser mensurado com confiabilidade.

### 3.3 Reconhecimento de passivos

Um passivo é uma obrigação presente da Entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados. O reconhecimento de um passivo ocorre quando a Companhia possui uma obrigação atual derivada de fatos contábeis anteriores, sendo provável que sua liquidação exija a saída de recursos econômicos ou financeiros e, por fim, quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

### 3.4 Reconhecimento de receita

A receita representa a entrada bruta de benefícios econômicos durante o período proveniente das atividades normais da Companhia, que resulta no aumento do patrimônio líquido, excluindo-se as contribuições dos proprietários. É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes, quando aplicável. O reconhecimento ocorre quando há um aumento nos ativos ou uma redução nos passivos, desde que esses efeitos possam ser mensurados com confiabilidade e reflitam ganhos reais não provenientes de transações com os sócios.

As fontes de receita da Sociedade são descritas a seguir:

#### *Receita de vendas*

Corresponde à comercialização de mercadorias vinculadas à atividade principal. O reconhecimento ocorre com a transferência do controle e dos riscos ao comprador, sem retenção de envolvimento com os bens, desde que a transação seja mensurável de forma confiável, tanto em relação à receita quanto aos custos.

#### *Receita financeira*

Refere-se a juros cobrados de clientes, descontos obtidos de fornecedores, variações cambiais positivas e rendimentos de aplicações financeiras ocorridas no período. É reconhecida quando há expectativa de recebimento de benefícios econômicos e o valor possa ser mensurado com segurança. Os juros são apropriados pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

#### *Receita não operacional*

Compreende receitas eventuais decorrentes de transações não incluídas na atividade principal da Companhia.

### 3.5 Reconhecimento de despesas

A despesa representa reduções nos ativos ou aumentos nos passivos que resultam em redução do patrimônio líquido, exceto aquelas relacionadas à distribuição aos proprietários. O reconhecimento das despesas ocorre quando essa variação é mensurável de forma confiável, refletindo sacrifícios econômicos decorrentes do exercício da atividade da Entidade.

### 3.6 Imobilizado

A Sociedade optou por não avaliar seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas,

se houver, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Sociedade; (ii) o ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais.

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, incluindo todos os gastos necessários para colocação do bem em operação, bem como a capitalização de custos de empréstimos, quando aplicável. Esse valor é deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento). A vida útil, os valores residuais e o método de depreciação são revisados na data-base do balanço patrimonial, e quaisquer mudanças nas estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro, quando aplicável, são depreciados conforme a vida útil estimada ou pelo prazo do contrato, se inferior.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

### 3.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

A Sociedade revisa anualmente o valor recuperável dos seus ativos tangíveis, a maior parte desses ativos correspondem a máquinas, equipamentos de informática, móveis e utensílios. Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são analisados pela Administração sempre que existirem indícios de que seus valores contábeis podem não ser recuperáveis.

As perdas são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo de longa duração excede o seu valor recuperável, determinado como o maior entre: (a) o valor em uso, que corresponde ao valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros; ou (b) o valor justo de venda, deduzido dos custos estimados de venda.

### 3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes, legais ou presumidas, resultantes de eventos passados, desde que seja possível estimar o valor de forma confiável e que seja provável a necessidade de saída de recursos para sua liquidação.

O valor registrado como provisão representa a melhor estimativa dos recursos necessários para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando os riscos e as incertezas envolvidos. Quando a mensuração da provisão se baseia em fluxos de

caixa estimados, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro for relevante.

Se a liquidação da obrigação puder ser reembolsada por terceiros, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado com confiabilidade.

#### *Contratos onerosos*

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato é considerado oneroso quando os custos inevitáveis para seu cumprimento excedem os benefícios econômicos que dele se espera obter. A Sociedade não possui contrato oneroso em 31 de dezembro de 2023 e de 2024.

#### *Reestruturações*

A provisão para reestruturação é reconhecida quando houver um plano formal detalhado e houver sido criada expectativa válida entre as partes afetadas de que a reestruturação será realizada. A Sociedade não possui plano de reestruturação, portanto, não foram registradas provisões relacionadas.

### 3.9 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade firma contratos relacionados à prestação de serviços, empréstimos, financiamentos, mútuos ou outros instrumentos semelhantes.

Esses instrumentos são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão.

### 3.10 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da natureza e finalidade para a qual foram adquiridos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação, conforme as práticas de mercado.

Seguem abaixo os princípios de reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:

#### *Método de juros efetivos*

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercados ativos. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Os ativos financeiros, exceto os designados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados periodicamente quanto à necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável, com base em evidência objetiva de que o valor contábil não será recuperado, como por exemplo:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- Indício de falência ou reestruturação financeira;
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

O valor contábil do contas a receber é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

### *Baixa de ativos financeiros*

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulada que foi reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado. Em 2023 e 2024, a Sociedade não efetuou baixa de ativos financeiros.

## 3.11 Passivos financeiros

Seguem abaixo os princípios de reconhecimento e mensuração dos passivos financeiros da Sociedade:

### *Outros passivos financeiros*

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta os fluxos de caixa futuros estimados, considerando encargos, custos de transação, prêmios ou descontos, ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### *Contratos de garantia financeira*

A Sociedade mantém dois contratos de garantia financeira firmados com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e com o Ura Agro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

#### *Baixa de passivos financeiros*

A Sociedade baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do período.

### 3.12 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social registrada nas demonstrações financeiras corresponde exclusivamente aos tributos correntes. A Sociedade não possui impostos diferidos.

A Companhia optou pelo regime de tributação do lucro presumido. De acordo com a legislação fiscal vigente no Brasil, a alíquota nominal do imposto de renda (IRPJ) é de 15%, aplicada sobre a base de cálculo presumida conforme a atividade econômica exercida. Poderá haver um adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 pelo número de meses do período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é apurada à alíquota de 9%, também com base no percentual de presunção sobre a receita bruta da Sociedade.

## **4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração da Sociedade deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. Tais estimativas e premissas são baseadas em experiências anteriores e em outros fatores considerados relevantes, sendo que os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas periodicamente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorrem, caso afetem somente o período atual, ou também em períodos futuros, quando aplicável.

Abaixo são apresentados os principais julgamentos da Administração na aplicação das políticas contábeis da Sociedade, exceto aqueles relacionados a fontes de incertezas (vide nota explicativa nº 4.1), e que impactam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

#### *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

A Administração revisou os ativos financeiros da Sociedade em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento.

#### *Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)*

A PCLD é registrada com o objetivo de refletir, de forma adequada, os valores das contas a receber que apresentam risco provável de não serem quitados. Essa estimativa contábil ajusta os ativos à sua real capacidade de geração de benefícios econômicos futuros. O valor da provisão é reconhecido como despesa no resultado do período em que a expectativa de perda é identificada. Caso ocorra a liquidação de valores previamente provisionados, a respectiva despesa é revertida e registrada como receita de reversão da PCLD.

A Administração avalia periodicamente os saldos de contas a receber com base na análise de crédito dos clientes, utilizando a pontuação de risco do Serasa. Essa avaliação é complementada por fatores como histórico de pagamentos, experiências passadas de inadimplência e análise da situação financeira atual de cada, a fim de atualizar, a cada exercício, o valor estimado da provisão.

#### *Provisão de Contingências*

Contingências são situações ou condições resultantes de eventos passados, cujo desfecho, favorável ou desfavorável, depende da ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. As provisões, por sua vez, referem-se a obrigações presentes que são reconhecidas com o objetivo de registrar, conforme o regime de competência, despesas que provavelmente ou certamente ocorrerão no futuro.

As contingências somente devem ser reconhecidas no passivo, por meio da constituição de provisão, quando há uma expectativa de perda considerada provável e quando forem atendidos, simultaneamente, os seguintes critérios:

- Existência de uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em decorrência de evento passado;
- Probabilidade de saída de recursos para a liquidação da obrigação;
- O montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança.

A estimativa dessas despesas é baseada no julgamento da Administração, considerando as informações disponíveis no momento da avaliação. A Sociedade provisionou

contingências referentes a IRRF sobre pagamentos de juros sobre empréstimos com partes relacionadas apenas nos exercícios de 2022 e 2023.

#### 4.1 Principais fontes de incerteza nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas e fontes de incerteza que podem resultar em ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos da Sociedade nos próximos exercícios.

##### *Recuperação de ativos de vida longa*

O teste de recuperabilidade (*impairment*) é aplicado para avaliar se o valor contábil de um ativo de longa duração pode ser recuperado, a fim de evitar que ativos fiquem superavaliados no balanço patrimonial. Conforme descrito na nota 3.7, a Administração considera que os valores contábeis líquidos dos ativos imobilizados não excedem seus respectivos valores recuperáveis.

##### *Vida útil dos bens do imobilizado*

Não houve alterações nas estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Administração entende que as estimativas previamente adotadas permanecem adequadas.

##### *Amortização dos ativos intangíveis*

A amortização consiste na alocação do custo de um ativo intangível ao longo de sua vida útil. Até o exercício de 2024, a Sociedade não realizou amortizações sobre seus ativos intangíveis. A Administração reconhece a complexidade de estimar a vida útil de seus estudos científicos, mas reitera a intenção de reconhecer a desvalorização desses ativos no resultado do exercício de 2025.

##### *Avaliação de instrumentos financeiros*

Conforme descrito nas notas explicativas 3.10 e 3.11, a Sociedade utiliza técnicas de avaliação que incluem premissas que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as metodologias adotadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

#### 4.2 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

### *IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)*

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Administração revisou seus ativos e passivos financeiros e entende que as novas orientações do IFRS 9 não geram impactos significativos na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros. Os contratos são reconhecidos como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Não é esperado impacto na classificação e mensuração desses instrumentos financeiros.

### *IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)*

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Administração avaliou todos os seus contratos com clientes e não identificou alterações no método de reconhecimento das suas receitas. O padrão de transferência dos serviços da Sistac é homogêneo, visto que, o serviço é prestado com base nas diárias definidas em contrato. Existe um padrão consistente de transferência de serviços durante o período do contrato. O preço de transação deve ser reconhecido mensalmente de acordo com a prestação dos serviços.

### *IFRS 16 Leases (Arrendamentos)*

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A

contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Bancos Conta Movimento	-	17
Aplicações Financeiras	1.020	700
Total	<u>1.020</u>	<u>717</u>

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluem valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata. As aplicações estão registradas pelos valores originais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Esses investimentos referem-se a aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDB), sendo 56% alocados no banco Itaú, com rentabilidade de até 100% do CDI, conforme o tempo de permanência nas aplicações automáticas, e 44% na XP Investimentos, com rentabilidade de 103% do CDI ao ano.

## 6. CONTAS A RECEBER

	2024	2023
Contas a Receber	4.825	5.181
PCLD	(130)	(69)
Total	<u>4.695</u>	<u>5.112</u>

O saldo de contas a receber representa os valores a serem recebidos pela Sociedade decorrentes da venda de mercadorias, já deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). Ao final do exercício, o saldo líquido corresponde a 58 títulos distribuídos entre 41 clientes.

Do total, 52% dos títulos encontram-se em atraso. No entanto, a Companhia não constituiu uma provisão sobre esses valores, pois não houve deterioração relevante na qualidade de crédito dos respectivos clientes, sendo os montantes ainda considerados recuperáveis, conforme análise por faixa de vencimento.

Composição por vencimento do contas a receber que não estão incluídos como devedores duvidosos:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
A vencer	2.273	2.516
Vencidos até 180 dias	50	1.216
Vencidos de 181 a 365 dias	257	1.319
Vencidos de 366 a 730 dias	2.115	61
Total	<u>4.695</u>	<u>5.112</u>

Quanto as estimativas de perdas de créditos esperadas, a Sociedade aumentou a provisão reconhecida no exercício anterior, avaliando os prováveis valores irrecuperáveis seguindo os critérios esclarecidos na nota explicativa nº 4.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo no início do período	(69)	(43)
Reversão PCLD	-	-
PCLD	(61)	(26)
Total	<u>(130)</u>	<u>(69)</u>

Composição por vencimento das contas a receber de clientes incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Vencidos de 731 a 1.095 dias	(86)	(25)
Vencidos de 1.096 a 1.460 dias	(19)	(19)
Vencidos a mais de 1.461 dias	(25)	(25)
Total	<u>(130)</u>	<u>(69)</u>

Para determinar a recuperação do contas a receber de clientes, a Sociedade considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente desde a concessão inicial até o encerramento do período. A Administração avalia regularmente a recuperabilidade desses valores e entende que não há concentração relevante de risco, dado que sua base de clientes é diversificada e sem vínculos entre si.

## 7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2024	2023
Crédito de ICMS	-	402
IR sobre Aplicação Financeira	5	-
Total	5	402

Em 2022, a Companhia contratou uma consultoria tributária com o objetivo de revisar o enquadramento fiscal de seus produtos, classificados como insumos biológicos, visando à recuperação de créditos de tributos federais e estaduais recolhidos em exercícios anteriores.

Como resultado desse trabalho, foi apurado um crédito tributário no montante de R\$ 401.821,06 (quatrocentos e um mil, oitocentos e vinte e um reais e seis centavos), reconhecido contabilmente em 2023. A compensação desses créditos ocorreu em 2024, em decorrência da perda do benefício fiscal após autuação pelo Fisco.

## 8. ESTOQUES

	2024	2023
Matéria-prima	69	163
Embalagem	176	196
Produto em Processo	65	196
Produto Acabado	20	75
Estoque em Poder de Terceiro	6	-
Total	336	630

Os insumos são registrados pelo custo de aquisição, incluindo tributos não recuperáveis, custos de transportes e demais custos para trazer os estoques às suas condições atuais. Parte dos estoques encontra-se em poder de terceiros, referentes a produtos enviados a representantes comerciais sob a modalidade de consignação mercantil.

## 9. DESPESAS ANTECIPADAS

	2024	2023
Despesas Antecipadas com Seguros.	3	3
Total	3	3

Corresponde as despesas com seguros pagas antecipadamente, que são apropriadas no resultado proporcionalmente ao longo da vigência de cada contrato. Essas despesas referem-se aos prêmios de seguros contratados junto à Porto Seguro, para cobertura de sinistros na fábrica, e à Tokio Marine, relacionado ao seguro de responsabilidade civil dos administradores.

## 10. DEPÓSITOS E CAUÇÕES

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Garantia BDMG	504	450
Caução	8	5
Total	<u>512</u>	<u>455</u>

Os depósitos e cauções referem-se a valores vinculados como garantias contratuais. Ao final do exercício, o saldo é composto por duas principais garantias: (i) um depósito em CDB, com rendimento de 95% do CDI e vencimento em 6 de novembro de 2028, vinculado ao financiamento com projeto de inovação contratado junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG); e (ii) a caução locatícia do galpão destinado à armazenagem de estoques, localizado na cidade de São Lourenço, Minas Gerais.

## 11. IMOBILIZADO

### a. Composição dos saldos

				<u>2024</u>	<u>2023</u>
	Taxas Anuais de Depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benefitorias	10%	129	(112)	17	22
Instalações Industriais	10%	261	(191)	70	100
Instalações Administrativas	10%	6	(4)	2	2
Máquinas e Equipamentos	10%	1.138	(109)	1.029	54
Móveis e Utensílios	10%	49	(32)	17	18
Computadores e Periféricos	20%	38	(21)	17	20
Total		<u>1.621</u>	<u>(469)</u>	<u>1.152</u>	<u>216</u>

A Administração considera que o valor contábil líquido dos bens imobilizados da Sociedade não excede ao seu valor recuperável.

*b. Movimentação 2023*

	Saldo				Saldo
	Líquido	Adições	Baixa	Depreciação	Líquido
	31/12/22				31/12/23
Benfeitorias	21	6	-	(5)	22
Container IBC	38	157	(175)	(20)	-
Instalações Industriais	141	-	(11)	(30)	100
Instalações Administrativas	7		(4)	(1)	2
Máquinas e Equipamentos	63	4		(13)	54
Móveis e Utensílios	25		(3)	(4)	18
Computadores e Periféricos	19	4		(3)	20
Total	314	171	(193)	(76)	216

*c. Movimentação 2024*

	Saldo				Saldo
	Líquido	Adições	Baixa	Depreciação	Líquido
	31/12/23				31/12/24
Benfeitorias	22	-	-	(5)	17
Instalações Industriais	100	-	-	(29)	71
Instalações Administrativas	2	-	-	(1)	1
Máquinas e Equipamentos	54	1.004	-	(29)	1.029
Móveis e Utensílios	18	3	-	(4)	17
Computadores e Periféricos	20	1	-	(4)	17
Total	216	1.008	-	(72)	1.152

A principal adição ao imobilizado da Companhia no exercício refere-se à renegociação de uma dívida com o cliente Guilherme Lazzaris. Como forma de dação em pagamento, foram recebidos dois maquinários agrícolas: uma colheitadeira de grãos e uma plataforma de corte, ambos da marca John Deere.

## 12. INTANGÍVEL

### a. Composição dos saldos

				2024	2023
	Taxas anuais de Depreciação	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Licenças e Patentes	10%	1.305	-	1.305	1.305
Estudos Científicos	10%	334	-	334	311
Total		<u>1.639</u>	<u>-</u>	<u>1.639</u>	<u>1.616</u>

O intangível é composto por ativos imateriais de propriedade da Sociedade, incluindo a licença de uso exclusiva da tecnologia da SCD Probiotics, com registro no INPI desde 2022, e os estudos científicos relacionados ao desenvolvimento de produtos. A Administração definiu a vida útil desses ativos em 10 anos, com início da amortização previsto para o próximo exercício social.

### b. Movimentação 2023

	Saldo Líquido 31/12/22	Adições	Baixa	Amortização	Saldo Líquido 31/12/23
Licenças e Patentes	1.305	-	-	-	1.305
Estudos Científicos	103	208	-	-	311
Total	<u>1.408</u>	<u>208</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.616</u>

### c. Movimentação 2024

	Saldo Líquido 31/12/23	Adições	Baixa	Amortização	Saldo Líquido 31/12/24
Licenças e Patentes	1.305	-	-	-	1.305
Estudos Científicos	311	23	-	-	334
Total	<u>1.616</u>	<u>23</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.639</u>

### 13. FORNECEDORES

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores matéria-prima	32	-
Fretes a pagar	55	10
Fornecedores outros serviços	2	-
Total	<u>89</u>	<u>10</u>

Esta conta registra os valores devidos a fornecedores referentes à aquisição de matérias-primas, insumos de produção, fretes e outros serviços.

### 14. OBRIGAÇÃO COM PESSOAL

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Pró-labore	4	4
INSS	1	1
Bolsa Estágio	-	2
Total	<u>5</u>	<u>7</u>

A conta de obrigação com pessoal corresponde a valores devidos a título de pró-labore, bem como aos encargos trabalhistas e previdenciários a recolher relacionados à remuneração dos administradores.

### 15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aluguéis	-	1
Certificações	19	-
Comissões	-	3
Contabilidade	4	5
Dividendos	370	389
Total	<u>393</u>	<u>398</u>

O saldo registrado em outras contas a pagar refere-se a obrigações decorrentes de serviços contratados, incluindo a certificação de conformidade de produtos orgânicos pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), honorários do escritório contábil e valores de dividendos a serem distribuídos aos acionistas da Companhia.

## 16. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Venda Equipamentos	215	-
Licença de Uso com Produtos	100	-
Total	<u>315</u>	<u>-</u>

Trata-se de valores recebidos antecipadamente de clientes. O montante inclui o adiantamento pela venda de equipamentos agrícolas, originados da renegociação de títulos com o cliente Guilherme Lazzaris. Adicionalmente, a Sociedade recebeu um sinal referente à negociação de exclusividade no uso do produto TCP Café.

## 17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRPJ	55	10
ISS	-	-
IRRF / CSRF	6	1
CSLL	28	8
ICMS	31	-
PIS	3	1
COFINS	14	2
Provisão de Contingências	98	98
Total	<u>235</u>	<u>120</u>

Os saldos de obrigações fiscais abrangem os impostos a recolher incidentes sobre as operações e o lucro da Companhia, além da provisão para contingências relacionada ao IRRF incidente sobre pagamentos de juros sobre empréstimos com partes relacionadas.

## 18. VENDA ENTREGA FUTURA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Venda entrega futura	83	-
Total	<u>83</u>	<u>-</u>

A conta registra operações em que há faturamento antecipado das mercadorias, com entrega prevista para data futura, conforme estipulado no acordo comercial entre as partes. A receita só é reconhecida no momento da efetiva entrega do produto ao comprador, em conformidade com o princípio da realização da receita.

## 19. DUPLICATAS DESCONTADAS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Duplicatas Descontadas	1.591	1.812
Juros a Apropriar	(270)	(273)
Total	<u>1.321</u>	<u>1.539</u>

O saldo dessa conta representa antecipações de recebíveis realizadas por meio de desconto de duplicatas junto a instituições financeiras. As operações correspondem às notas fiscais nº 569, 615, 726, 802, 941, 944, 947, 960, 961, 962, 981, 996, 1009 e 1010.

## 20. PARCELAMENTOS FISCAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Simplex Nacional	24	54
ICMS Retroativo	193	-
Imposto de Renda Retido	17	29
Total	<u>234</u>	<u>83</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>61</u>
	<u>Longo Prazo</u>	<u>33</u>
	<u>173</u>	<u>50</u>

O saldo desta conta é composto por obrigações parceladas relacionadas ao Simplex Nacional, ICMS retroativo decorrente da perda de benefício fiscal após autuação pela autoridade fiscal, e valores de Imposto de Renda Retido sobre empréstimo realizado com parte relacionada.

## 21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Empréstimos Partes Relacionadas	1.916	1.606
Empréstimos e Financiamentos	2.465	1.885
Total	<u>4.381</u>	<u>3.491</u>
	<u>Curto prazo</u>	<u>1.625</u>
	<u>Longo prazo</u>	<u>1.126</u>
	<u>2.756</u>	<u>2.365</u>

Esta conta compreende os valores obtidos por meio de empréstimos concedidos pelos acionistas da Sociedade, recursos captados junto a instituições financeiras e financiamento contratado no âmbito de projeto de inovação.

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social autorizado, subscrito e integralizado da Sociedade era composto por 2.478.846 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 50.000 emitidas em 2020 e 2.428.846 em 2021. Após aumento de capital realizado em janeiro de 2022, o número de ações preferenciais nominativas e sem valor nominal passou de 582.915 para 620.026, totalizando a composição do capital entre os acionistas.

### Lucros ou Prejuízos Acumulados

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de prejuízos acumulados da Sociedade totalizava R\$ 6.771.794,98 (seis milhões, setecentos e setenta e um mil, setecentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos). Contudo, após a autuação fiscal e o consequente ajuste de créditos tributários retroativos, o saldo final de prejuízos acumulados foi ajustado para R\$ 6.918.319,74 (seis milhões, novecentos e dezoito mil, trezentos e dezenove reais e setenta e quatro centavos).

### Reserva Legal

Em 12 de dezembro de 2023, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 389.695,30 (trezentos e oitenta e nove mil, seiscentos e noventa e cinco reais e trinta centavos), teria a seguinte destinação: R\$ 19.484,77 (dezenove mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos) foram destinados à conta de reserva legal, conforme disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e no artigo 20, item (i), do Estatuto Social da Companhia. O valor remanescente, de R\$ 370.210,52 (trezentos e setenta mil, duzentos e dez reais e cinquenta e dois centavos), foi declarado como dividendo a ser distribuído aos acionistas, proporcionalmente às suas participações no capital social, com pagamento suspenso até que haja disponibilidade de caixa, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

## 23. RECEITA

Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e as deduções:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Venda na produção própria	4.216	5.343
Impostos sobre venda	(279)	(216)
Devoluções de venda	(99)	(62)
Receita Líquida	<u>3.838</u>	<u>5.065</u>

A receita bruta com vendas de mercadorias no exercício de 2024 totalizou R\$ 4.216.388,90 (quatro milhões, duzentos e dezesseis mil, trezentos e oitenta e oito reais e noventa centavos).

## 24. CUSTO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custo das Mercadorias Vendidas	(549)	(391)
Total	<u>(549)</u>	<u>(391)</u>

Os custos das mercadorias vendidas no período totalizaram R\$ 549.295,12 (quinhentos e quarenta e nove mil, duzentos e noventa e cinco reais e doze centavos). O controle dos estoques é realizado com base no método do custo médio ponderado móvel (MPM), pelo qual, a cada entrada de insumos, é calculado o custo médio dos itens estocados.

## 25. DESPESAS COM FÁBRICA

A seguir a composição das despesas com a fábrica:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aluguel de Equipamentos	38	46
Aluguel de Imóvel	84	70
Energia / Telefone / Internet	39	50
Depreciação	72	62
Limpeza	6	5
Manutenção	21	25
Materiais	21	27
Serviços de Colaboradores	204	278
Outros	10	5
Total	<u>495</u>	<u>568</u>

## 26. DESPESAS COMERCIAIS

As despesas com comerciais, encontram-se divididas da seguinte maneira:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Royalties	103	153
Bonificações	171	-
Comissões	174	603
Fretes sobre Vendas	430	419
Investimentos em Marketing	38	89
Serviços de Marketing	45	61
Serviços de Vendedores	554	971
Viagens Agricultura	234	354
Outros	1	5
Total	<u>1.750</u>	<u>2.655</u>

## 27. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aluguel / Condomínio	16	51
Energia / Telefone / Internet	-	4
Consultorias	131	355
Depreciação	-	14
Honorários Contábeis	69	76
Limpeza	-	6
Material de Escritório	-	2
PCLD	61	26
Pró-labore	62	59
Seguros	23	20
Serviços Administrativos	705	1.295
Tributárias	288	41
Viagens	7	40
Outros	17	7
Total	<u>1.379</u>	<u>1.996</u>

As despesas gerais e administrativas incorridas no período de apuração estão distribuídas entre os principais grupos de gastos operacionais da Companhia, incluindo despesas com pessoal, serviços de terceiros, honorários, materiais de consumo, despesas com estrutura administrativa e demais custos necessários à manutenção das atividades corporativas.

## 28. DESPESAS COM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Segue abaixo composição do grupo de despesas com pesquisa e desenvolvimento da Sociedade:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Consultorias	9	9
Viagens	130	46
Teste	29	62
Pesquisas	17	(29)
Licenças e Patentes	54	22
Outros		
Total	<u>239</u>	<u>110</u>

## 29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Outras receitas	-	556
Outras despesas	<u>(18)</u>	<u>(219)</u>
Total	<u><u>(165)</u></u>	<u><u>337</u></u>

Outras receitas e despesas são compostas por transações não relacionadas diretamente à atividade operacional da Sociedade. Incluem, entre outros itens, créditos tributários recuperados como no exercício de 2023, bem como ganhos e perdas decorrentes da venda de ativos imobilizados.

## 30. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras	172	85
Despesas financeiras	<u>(493)</u>	<u>(640)</u>
Total	<u><u>(321)</u></u>	<u><u>(555)</u></u>

O resultado é composto de receitas financeiras oriundas de aplicações financeiras, descontos obtidos junto a fornecedores e juros recebidos de clientes. As despesas financeiras são oriundas de pagamentos de juros nas antecipações de recebíveis com bancos e instituições financeiras, de multas, tarifas bancárias e descontos concedidos.